

# **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E LAZER**

**Prof. Dr. Ivan Furegato Moraes**

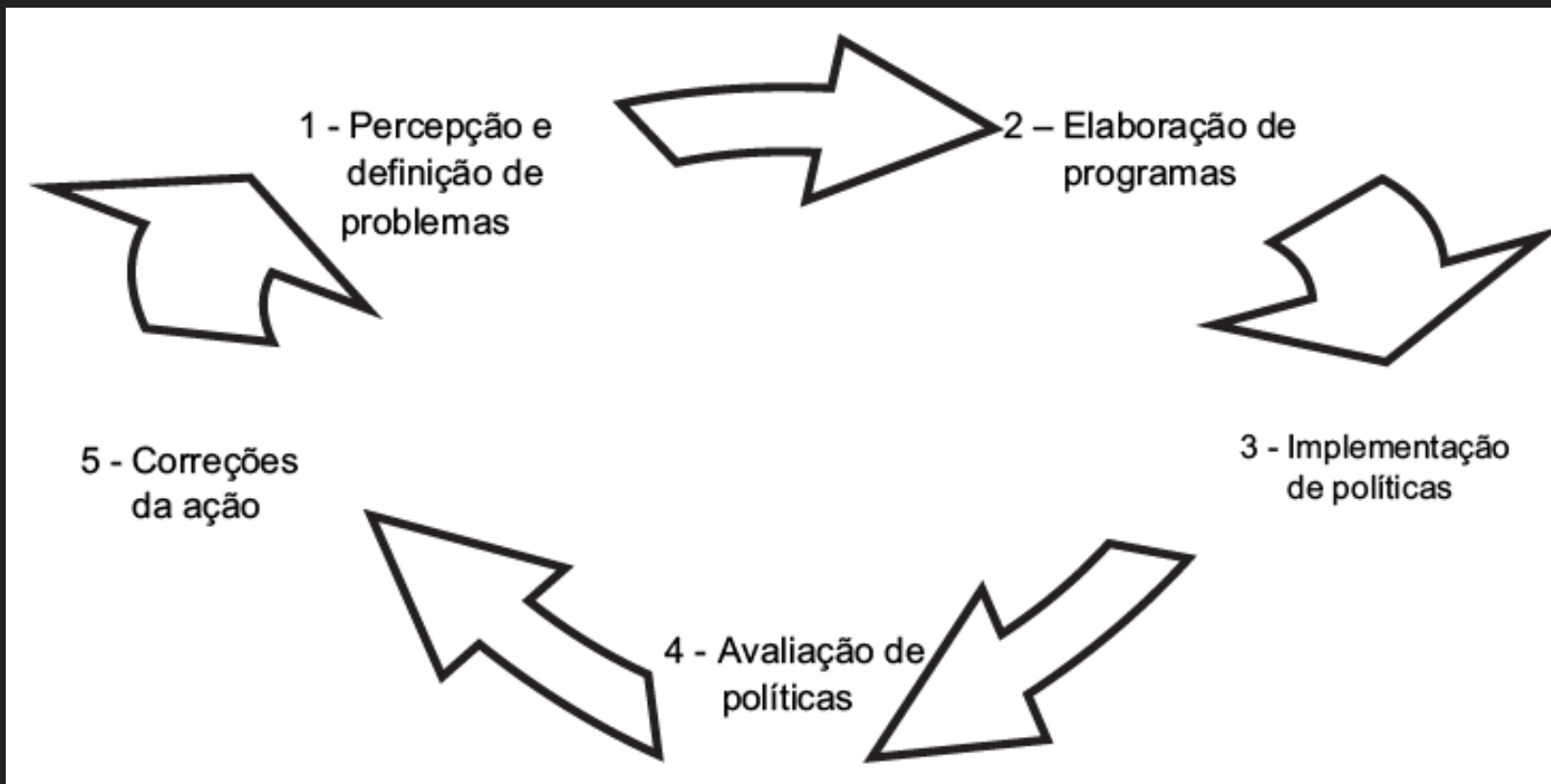
# AULA 10 - SÚMARIO

- **Tópicos:**

- ✓ Gestão de políticas públicas.

# POLÍTICAS PÚBLICAS

- Na aula passado tratamos das políticas públicas;



- Hoje vamos tratar da gestão das políticas públicas a partir das etapas do *policy cycle*:

# **1) PERCEPÇÃO E DEFINIÇÃO DOS PROBLEMAS**

# PERCEPÇÃO E DEFINIÇÃO DOS PROBLEMAS

- O *policy cycle* se inicia com a percepção e a definição dos problemas, no caso esportivos, que afetam a sociedade e serão alvos da política pública a ser desenvolvida e implementada;
- Essa etapa se relaciona com o processo administrativo de planejamento, base de todo o processo de gestão;
- No governo federal, especialmente no Ministério do Esporte, a identificação e a definição dos temas prioritários é influenciada por diversos agentes que interagem direta ou indiretamente na *policy arena*;
- A partir da **Teoria dos Campos**, de Pierre Bourdieu, observa-se que a percepção dos problemas e prioridades surge da **interseção entre o campo político e o esportivo**, além interferência de outros campos, como educacional, saúde e social.

# PERCEPÇÃO E DEFINIÇÃO DOS PROBLEMAS

## ▪ No Ministério do Esporte podemos observar diferentes agentes atuando no processo decisório:

- ✓ Partidos e grupos políticos no poder, por meio do programa de governo e do PPA por eles definidos;
- ✓ Agentes políticos diversos, como deputados, senadores, pessoas com cargos eletivos e funcionários públicos;
  - ✓ População em geral e integrantes da sociedade civil organizada;
- ✓ Conferências nacionais do esporte: só três foram realizadas até o momento, mas a LGE as prevê regularmente;
- ✓ Diferentes organizações esportivas públicas e privadas, com/sem fins lucrativos, como confederações, federações, clubes, etc.;
  - ✓ Conselho Nacional do Esporte;
    - ✓ Estados e municípios;
  - ✓ Demais Integrantes do Sistema Nacional do Esporte.

▪ **Destaca-se também a influência dos ditames constitucionais; das leis específicas do esporte; do futuro Plano Nacional do Desporte; de questões contextuais econômicas, sociais, culturais e políticas; e da agenda pública pautada pela sociedade e reforçada pela imprensa.**

# PERCEPÇÃO E DEFINIÇÃO DOS PROBLEMAS

- A definição das prioridades pode ser baseada, segundo Silva et al. (2015), em dois modelos de gestão geral adotados pelo governo federal:

- ✓ **Modelo gerencial:** originário na década de 1980, baseia-se no neoliberalismo e em entidades multilaterais internacionais visando uma gestão estratégica descentralizada, voltada para o mercado e no equilíbrio financeiro;
- ✓ **Modelo societal:** fruto dos movimentos sociais, enfatiza a participação social para a criação de políticas públicas que efetivamente melhorem a vida de toda a população como forte participação e investimento estatal.
  - No Ministério do Esporte, entre 2003 e 2010, prevaleceu o modelo de gestão societal, com variados agentes da sociedade participando ativamente da tomada de decisão, principalmente por meio das Conferências Nacionais do Esporte;
  - Após esse período foi-se adotando, gradativamente, o modelo gerencial, que ganhou força a partir de 2016 e vigorou, teoricamente, até 2022...

## **2) ELABORAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA, PROGRAMAS E AÇÕES**



# ELABORAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA, PROGRAMAS E AÇÕES

- A segunda etapa do *policy cyle* trata da parte central do processo de planejamento, com as definições estratégicas, táticas e operacionais;
- As definições da etapa anterior se tornam base para, inicialmente, o **planejamento estratégico** da política pública, que deve se alinhar com as estratégias gerais do governo;
  - Nesse ponto são definidas a missão, os objetivos e as metas que serão a base da política pública;
- No planejamento estratégico é verificado se a solução do problema base da política pública, definida na etapa anterior, é relevante e realizável considerando questões políticas, econômicas, sociais, esportivas, etc.;
  - Também é importante, nesse momento, definir os critérios e os meios de controle e avaliação da política pública para posterior análise dos seus resultados e efeitos.

# ELABORAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA, PROGRAMAS E AÇÕES

- No planejamento estratégico se define um elemento fundamental: o financiamento da política, além das possíveis parcerias com estados, municípios, ONGs e empresas;
  - No esporte, o planejamento é responsabilidade, principalmente, do Ministério do Esporte, que conta com o suporte do Conselho Nacional do Esporte (CNE) e de outros ministérios;
- O planejamento também pode ser originário do poder legislativo (Câmara dos Deputados e Senado), sofrendo influência política de diversos agentes, em um processo em que fica evidente a *policy arena*, com os diversos agentes políticos e esportivos buscando atender as suas demandas;
  - **A etapa estratégica ocorre prioritariamente no primeiro ano do governo, com a definição do escopo das políticas públicas esportivas que integrarão o Plano Plurianual (PPA).**

# ELABORAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA, PROGRAMAS E AÇÕES

- As políticas públicas inclusas no PPA se tornam prioridades e a partir dos seus elementos estratégicos inicia-se o **planejamento tático**, implementado pela área responsável do ME, no caso as suas secretarias e assessorias internas;
  - O planejamento tático visa especificar as definições estratégicas, elaborando **programas, orçamentos e planos de ação** para a realização da missão, objetivos e metas relatados no PPA;
    - Já o **planejamento operacional** é realizado pelas secretarias e assessorias que formam o ME visando a implementação dos programas e planos de ação para efetivar as políticas públicas do PPA;
- São definidas **ações práticas**, com definição dos responsáveis, atividades, prazos e cronogramas, orçamento e parcerias, além de detalhar as formas de **controle e avaliação** definidas na parte estratégica, ou seja, no PPA.

# **3) IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA**

# IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

- A terceira etapa do *policy cycle* aborda a implementação da PP, dos seus programas, planos, projetos e ações;
  - Equivale a três etapas do processo administrativo: organização, execução e controle;
  - O **processo de organização** diz respeito a organização e ao gerenciamento dos recursos necessários para a implementação da política pública por meio dos seus programas, planos e projetos;
- Enfatiza-se a gestão dos recursos humanos, com a definição de uma estrutura organizacional, cargos e funções por meio de organogramas, além da correta e adequada seleção dos integrantes;
  - Esse processo é necessário devido as políticas públicas federais envolverem diferentes agentes, inclusive de estados e municípios, com diferentes vínculos (funcionários de carreira, comissionados, terceirizados, etc.), o que torna complexa a sua execução e necessária uma adequada estruturação e organização dos recursos e processos.



# IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

- O **processo de execução** trata da efetivação da política pública, implementando os programas, plano e projetos para atingir a missão e os objetivos estratégicos iniciais;
- Os programas mais duradouros entre as políticas públicas esportivas federais, como o Segundo Tempo e o PELC, são realizados em parceria com estados e municípios, executores diretos deles, com o ME atuando como financiador, gestor geral e controlador/fiscalizador;
  - A implementação depende da dinâmica das interações e das disputas no interior da gestão pública, da participação da sociedade e das outras instituições envolvidas na área abordada;
    - Assim, as diferentes instâncias envolvidas e a burocracia do poder público tornam complexo o processo de implementação, sendo necessária uma gestão sofisticada e amparada em ferramentas e softwares de controle para garantir a correta implementação.

# IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

- O **processo de controle** ocorre em paralelo e de forma contínua e rotineira ao longo da implementação da PP, sendo realizado pelo próprio órgão governamental, no caso o ME;
  - Seu objetivo é controlar a entrega e uso de recursos, o calendário de trabalho e verificar se os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos e metas;
- O controle permite identificar problemas e falhas durante a execução que prejudicam as ações, processos ou objetivos da política pública e, assim, geram subsídios para corrigir rumos ou ajustar os planos de implementação ou a própria PP;
- Esse processo depende que a missão, objetivos, metas, processos, recursos, ações, resultados e impactos da política pública tenham sido devidamente identificados e que hajam indicadores adequados para verificar a sua evolução e o cumprimento do estabelecidos no PPA.

# **4) AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA**



# AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

- A avaliação das políticas públicas é uma etapa fundamental do *policy cycle*;

- Se caracteriza como um processo sistemático, integrado e institucionalizado para verificar a eficiência do uso dos recursos públicos e identificar possibilidades de aperfeiçoamento da ação estatal para melhoria dos processos, dos resultados e da gestão como um todo;

- Os resultados da avaliação também contribuem para a manutenção ou aperfeiçoamento da política pública, além de auxiliarem na tomada de decisão sobre a sua expansão ou encerramento;

- A avaliação, em geral, das políticas públicas é cada vez mais cobrada pela sociedade como forma de garantir a eficiência e a efetividade das ações públicas, especialmente com relação ao uso dos recursos financeiros públicos;

- Como processo objetivo de exame e diagnóstico, considera como a política foi/está sendo implementada, seus efeitos desejados e adversos, os principais *stakeholders* e a forma como os recursos públicos foram utilizados.

# AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

- Devido à complexibilidade do processo de avaliação, é necessário o uso de metodologias formais e ela deve ser conduzida preferencialmente por outros órgãos, não diretamente responsáveis pela execução da política pública, como:

- ✓ Órgãos governamentais centrais: Casa Civil, Ministério da Economia, Controladoria Geral da União, etc.;
- ✓ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- ✓ Tribunal de Contas da União;
- ✓ Universidades;
- ✓ Fundações privadas.

- A avaliação externa garante um maior grau de independência e pode contribuir para o aperfeiçoamento da política pública e fornecer à sociedade bases para um debate mais qualificado sobre os gastos públicos.

# AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

## ▪ As avaliações podem ter quatro propósitos:

- ✓ **Eficiência:** avalia os custos da política e julga se os resultados poderiam ser atingidos com um custo menor, ou seja, de maneira mais eficiente;
- ✓ **Efetividade:** avalia se a política pública está realizando aquilo que deveria/se propunha, comparando os objetivos e metas iniciais para determinar se a PP está atingindo os objetivos e/ou se os objetivos precisam ser revistos em função dos resultados reais;
- ✓ **Processos:** analisa os processos organizacionais e administrativos para verificar se eles podem ser simplificados ou realizados de forma mais eficiente;
- ✓ **Impacto:** constata os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e, portanto, para além dos beneficiários diretos. Dois pressupostos orientam a avaliação de impacto:
  - Existe propósito de mudança social;
  - Existe uma relação causal entre a política e a mudança social provocada.

# AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

## ▪ Contudo, a avaliação das políticas públicas apresenta algumas dificuldades:

- ✓ O não estabelecimento de forma precisa dos objetivos e intencionalidades;
- ✓ Uma política pública pode ter múltiplos objetivos não indicando prioridades, o que torna difícil identificar se um objetivo foi atingido;
- ✓ Problemas sociais, econômicos e políticos tendem a apresentarem-se inter-relacionados e é quase impossível isolá-los para avaliar os efeitos da política em cada um deles: causas x efeitos;
- ✓ Cada política produz efeitos em problemas distintos daqueles objetivados: efeitos não antecipados.

# AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

- Na gestão das políticas públicas esportivas o processo de avaliação é incipiente;

- Isso se justifica, em partes, porque as próprias políticas públicas voltadas para a área são recentes: elas ganham força somente a partir da década de 1990;

- Também há uma série de problemas sobre a definição e o foco das políticas: disputas sobre quais manifestações e modalidades devem ser priorizados e foco em quais grupos;

- Outra questão que limita a avaliação é a continuidade das políticas, já que muitas, na prática, são realizadas por um período muito curto o que limita a sua avaliação correta e ampla;

- As avaliações ganharam força com:

- ✓ Criação do Ministério do Esporte;

- ✓ A Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer);

- ✓ Eleição do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016.

# AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

- **Apesar dos problemas há iniciativas, como:**

- ✓ Sistema Mimboé, do ME, para monitorar o Programa Esporte e Lazer na Cidade e o Programa Vida Saudável;
  - ✓ Relatórios do IPEA e de outros órgãos de controle federal;
- ✓ Pesquisas acadêmicas que visam gerar modelos avaliativos e avaliações sobre as políticas públicas esportivas federais, estaduais e municipais:



# AVALIAÇÃO DAS POLÍTICA PÚBLICA

- Exemplo de modelo avaliativo desenvolvido por Almeida e Paula (2015):

DIMENÇÕES	FOCO	ELEMENTOS DE ANÁLISE
Institucional -legal	Legislação	Marco legal
		Legislação regulamentadora do setor
		Ordenamentos legais do município,
		Objeto regulamentado nas legislações
Gestão	Planejamento	Nível de coerência entre as diretrizes gerais da política e o conteúdo do planejamento
		Forma de planejamento
		Níveis hierárquicos que participam do planejamento.
	Monitoramento	Rotina de controle de ações
		Agilidade na identificação de desvios
		Capacidade em recomendar correções
	Orçamento	Relação entre o orçamento previsto e o executado
	Recursos humanos	Forma de seleção
		Conteúdo da capacitação (formação)
		Nível de satisfação do trabalhador.
	Infraestrutura	Quantidade de espaços e equipamentos gerenciados pela política
		Nível de conservação dos espaços e equipamentos utilizados pela política.
		Relação entre as atividades de programação e os espaços onde são desenvolvidas
	Programas	Conteúdo das diretrizes do programa
		Público-alvo a ser atendido
	Projetos e eventos	Quantidade de projetos e eventos realizados
		Objetivo proposto dos projetos e eventos
	Financiamento	Quantidade de pessoal disponível para elaboração de projeto para captação de recursos
		Percentual de recursos captados via convênios e parceria com órgãos públicos.
		Percentual de recursos privados que financiam a política pública.
Intersetorialidade	Quantidade de parcerias desenvolvidas com o setor público, com setor privado e com as organizações da sociedade civil.	
Controle social	Participação e controle	Forma de participação social
		Mecanismos de transparência e divulgação das ações e resultados
		Nível de articulação e relacionamento institucional com as organizações de controle social

Tabela 5 (4): Instrumento de avaliação da política de esporte e lazer do Recife

# INTELIGÊNCIA ESPORTIVA

- O Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE) é um centro de pesquisa da Universidade Federal do Paraná (UFPR) financiado com recursos federais;
- Visa produzir, aglutinar, sistematizar, analisar e difundir informações sobre o esporte e analisar as políticas públicas por meio de um *big data* sobre o esporte brasileiro, possibilitando a avaliação das políticas e investimentos públicos no esporte;
  - Apresenta diversos dados/relatórios por meio de Power BI:
    - ✓ Financiamento esportivo: Ministério do Esporte, LIE, loterias, clubes formadores e orçamentos federal, estadual e municipal;
      - ✓ Gestão do Esporte nos Estados e Municípios (GEEM);
    - ✓ Índice de Gestão Pública e Governança no Esporte – Municipal (IGGEM);
      - ✓ Bolsa Atleta;
      - ✓ Jogos Escolares;
- Mais detalhes: [www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site](http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site)



# IGGE-M

- O Índice de Gestão Pública e Governança no Esporte – Municipal (IGGE-M) indica o grau de maturidade em gestão e governança pública dos municípios em relação ao esporte;
- O IGGE-M compara os municípios a partir das informações preenchidas pelos gestores esportivos municipais, considerando quatro dimensões:
  - ✓ Natureza do órgão público que faz a gestão do esporte no município;
    - ✓ Pessoas;
    - ✓ Planejamento;
    - ✓ Transparência e controle social.



Município - UF

Todos

IDHM (grupos)

Todos

UF

Todos

PIB per capita - R\$ [2019]

Todos

Índice

Todos

Tamanho populacional

Todos

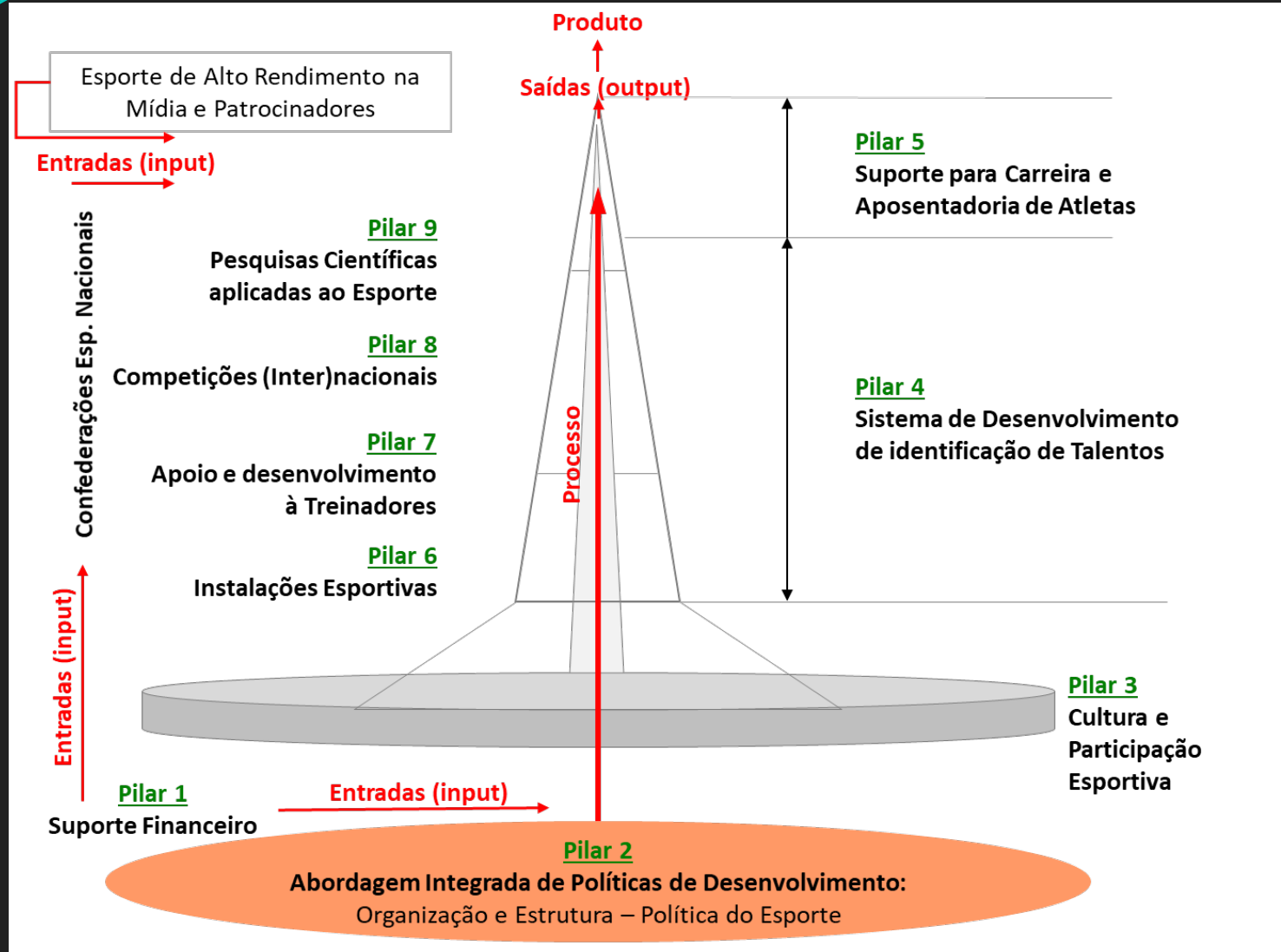
Município - UF	Ranking na UF	IGEGeral	Faixa do IGGE	IGENatureza do órgão	IGEPessoas	IGEPlanejamento	IGETransparência e controle social	IGETransparência	IGEControle Social
CURITIBA - PR	1º	9,167	Muito alto	6,667	8,889	10,000	9,306	10,000	7,917
PAICANDU - PR	2º	8,683	Muito alto	10,000	8,056	9,500	8,056	9,167	5,833
ARAPONGAS - PR	3º	8,348	Muito alto	10,000	7,222	8,938	8,056	8,333	7,500
SAO GERALDO - MG	1º	8,289	Muito alto	6,667	7,500	8,000	9,306	10,000	7,917
RITAPOLIS - MG	2º	8,159	Muito alto	5,000	8,056	7,938	9,167	9,167	9,167
UBA - MG	3º	8,122	Muito alto	6,667	6,944	8,000	9,167	9,167	9,167
SANTA MARIA DE ITABIRA - MG	4º	8,121	Muito alto	6,667	10,000	7,625	7,917	7,500	8,750
PINHAIS - PR	4º	8,103	Muito alto	6,667	10,000	7,750	7,778	8,333	6,667
PALOTINA - PR	5º	8,092	Muito alto	10,000	7,500	9,750	6,667	9,167	1,667
UMUARAMA - PR	6º	8,067	Muito alto	10,000	7,778	8,188	7,639	8,333	6,250
CRATO - CE	1º	8,056	Muito alto	6,667	8,611	10,000	6,667	9,167	1,667
MARECHAL CANDIDO RONDON - PR	7º	8,033	Muito alto	6,667	10,000	9,000	6,667	9,167	1,667
POCOS DE CALDAS - MG	5º	8,031	Muito alto	10,000	5,278	8,438	8,611	8,333	9,167
BELO HORIZONTE - MG	6º	8,006	Muito alto	10,000	7,778	6,500	8,750	9,167	7,917
JEQUITINHONHA - MG	7º	7,992	Muito alto	5,000	7,222	7,750	9,306	10,000	7,917
IBAITI - PR	8º	7,925	Muito alto	3,333	8,056	9,750	7,639	8,333	6,250
MARILENA - PR	9º	7,833	Muito alto	5,000	7,222	10,000	7,222	10,000	1,667
SAO JOAO - PR	10º	7,808	Muito alto	5,000	7,778	8,250	8,194	9,167	6,250
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR	11º	7,675	Muito alto	5,000	6,667	7,250	9,167	10,000	7,500
CENTENARIO DO SUL - PR	12º	7,662	Muito alto	6,667	7,778	8,688	7,083	6,667	7,917
MARILANDIA DO SUL - PR	13º	7,640	Muito alto	6,667	10,000	7,688	6,667	9,167	1,667
NOVO ORIENTE DE MINAS - MG	8º	7,640	Muito alto	3,333	6,667	7,688	9,167	9,167	9,167
SAO JOSE DOS PINHAIS - PR	14º	7,626	Muito alto	10,000	8,611	9,125	5,417	3,333	9,583
LUCRECIA - RN	1º	7,620	Muito alto	6,667	6,111	7,438	8,750	9,167	7,917
SAO JOAO DEL REI - MG	9º	7,581	Muito alto	10,000	8,333	6,938	7,083	6,667	7,917



# AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- O *Sports Policies Factors Leading to Sport Success (SPLISS)* é o resultado dos esforços de um consórcio internacional de pesquisadores liderados pela professora belga Veerle De Bosscher;
- O SPLISS é um modelo para comparar, medir e avaliar as políticas de esporte de alto rendimento de países;
  - O modelo foi desenvolvido a partir de um extenso levantamento da literatura, fontes secundárias e análise da opinião de atletas e treinadores do esporte de alto rendimento;
  - São identificados fatores que causam ou que influenciam o sucesso esportivo internacional e os fatores críticos de sucesso (FCS) foram agrupados em nove áreas ou pilares:

# AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



# AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

LOW Level of development HIGH

**SUCCESS**

Summer	Winter		Financial support	Governanc, structure & organisation	Sports participation	TalentID & development	Athletic career & post career	Training facilities	Coach education & provision	(inter) national competition	Scientific research & innovation	Average
			P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	
4,29%	4,38%	FRA*	●	●	●	●	●	●	●	●	●	60%
4,08%	1,21%	AUS	●	●	●	●	●	●	●	●	●	64%
3,91%	1,96%	JAP	●	●	●	●	●	●	●	●	●	62%
2,39%	6,59%	KOR*	●	●	●	●	●	●	●	●	●	55%
1,78%	4,83%	NED	●	●	●	●	●	●	●	●	●	62%
1,69%	0,00%	ESP	●	●	●	●	●	●	●	●	●	56%
1,53%	12,27%	CAN	●	●	●	●	●	●	●	●	●	57%
1,44%	0,00%	BRA	●	●	●	●	●	●	●	●	●	38%
0,73%	0,00%	DEN	●	●	●	●	●	●	●	●	●	54%
0,56%	3,22%	SUI	●	●	●	●	●	●	●	●	●	58%
0,26%	2,52%	FIN	●	●	●	●	●	●	●	●	●	52%
0,15%	0,00%	N-IRL	●	●	●	●	●	●	●	●	●	45%
0,15%	0,10%	EST*	●	●	NA	●	●	●	●	●	●	42%
0,18%	0,19%	FLA	●	●	●	●	●	●	●	●	●	53%
0,15%	0,00%	POR	●	●	●	●	●	●	●	●	●	43%
0,09%	0,00%	WAL	●	●	●	●	●	●	●	●	●	39%
<b>Average</b>			47%	48%	47%	50%	61%	56%	56%	55%	50%	

# AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

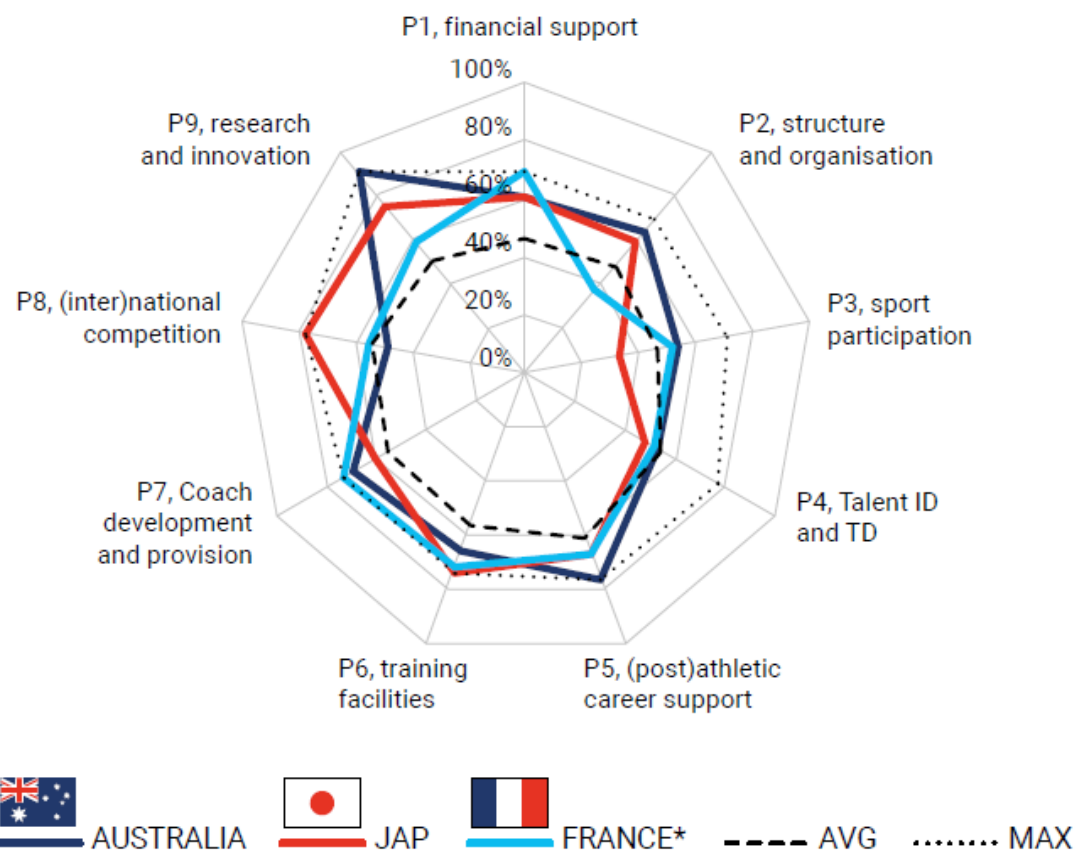


Figure 5: Radar graph of Australia, France\* and Japan compared to the average and maximum scores of 15 nations  
\* note of caution: incomplete dataset in France (no elite sport climate survey)

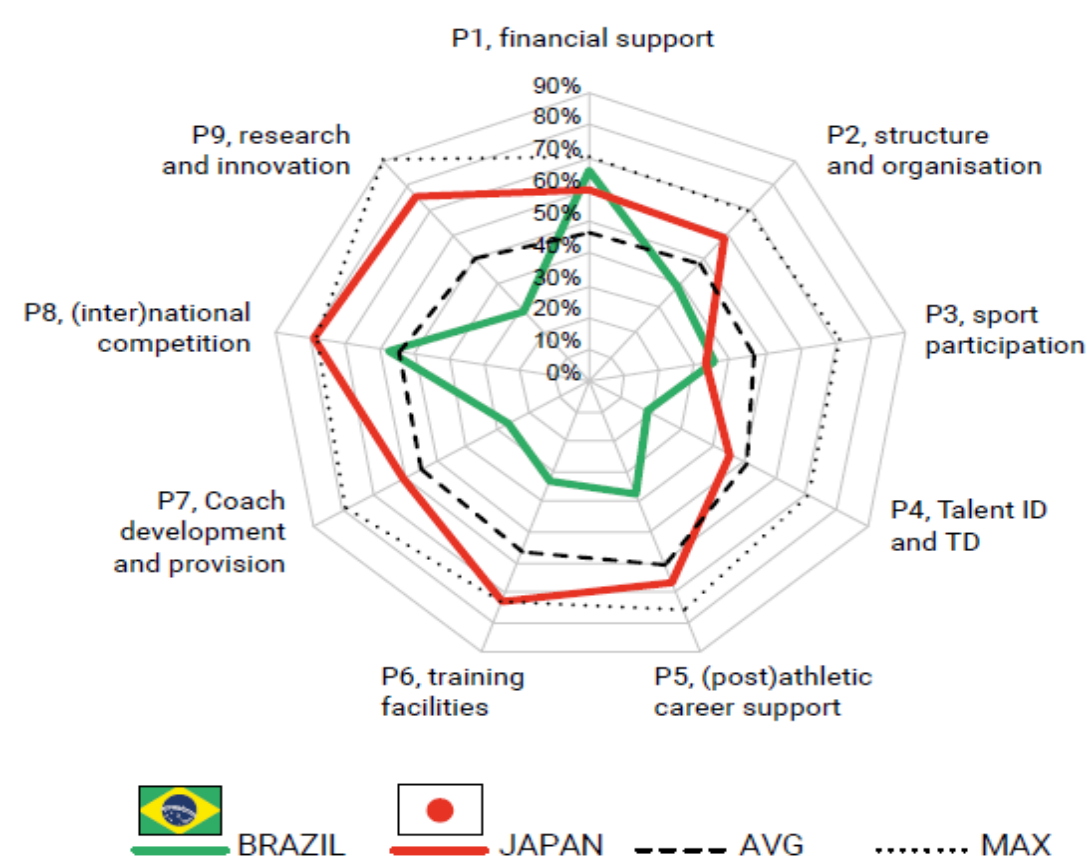
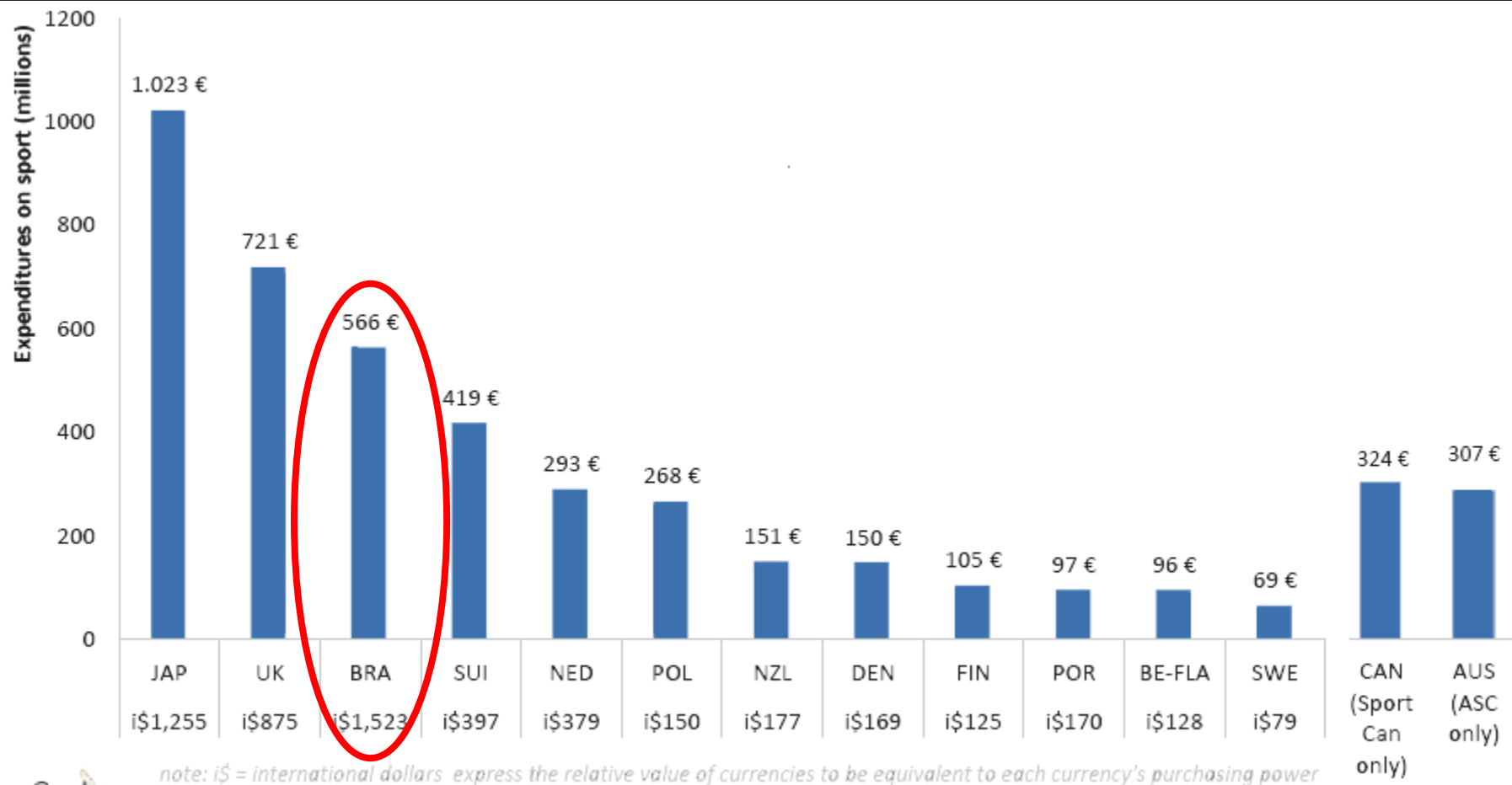


Figure 8: radar graph scores for Brazil against the sample averages



# Tóquio 2020



# Tóquio 2020

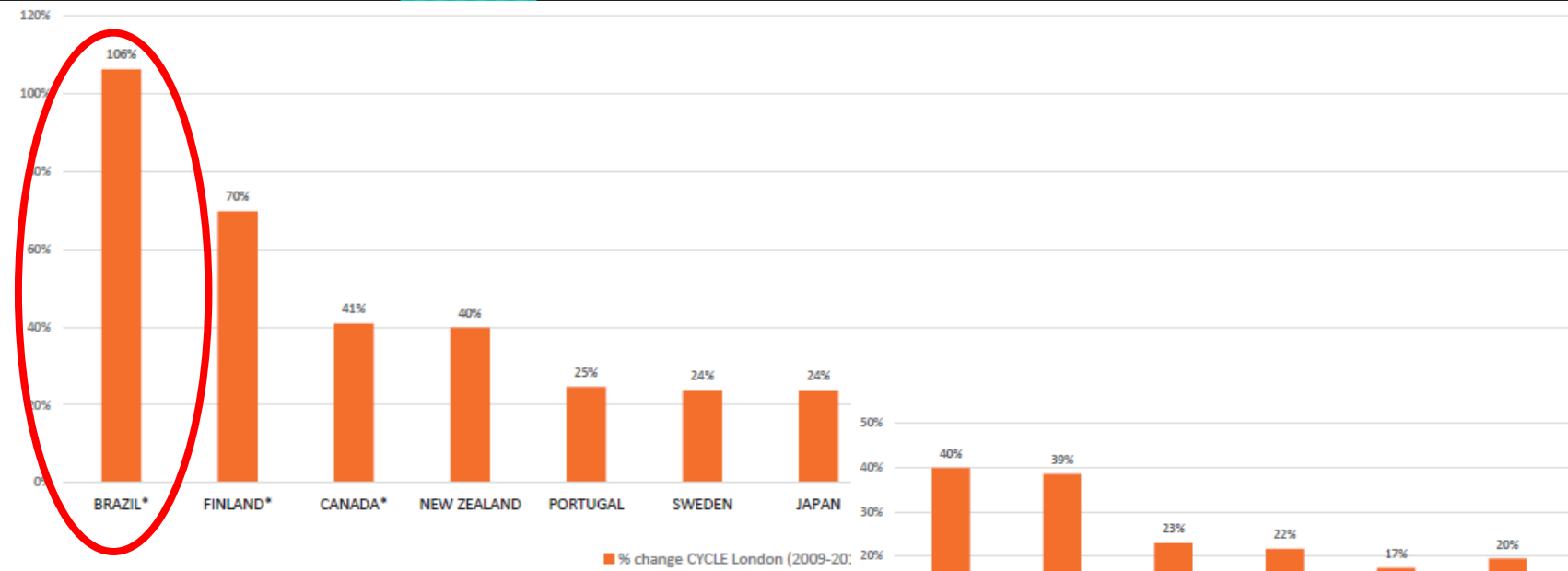


Figure 11: Change in investments from the London (2009-20)

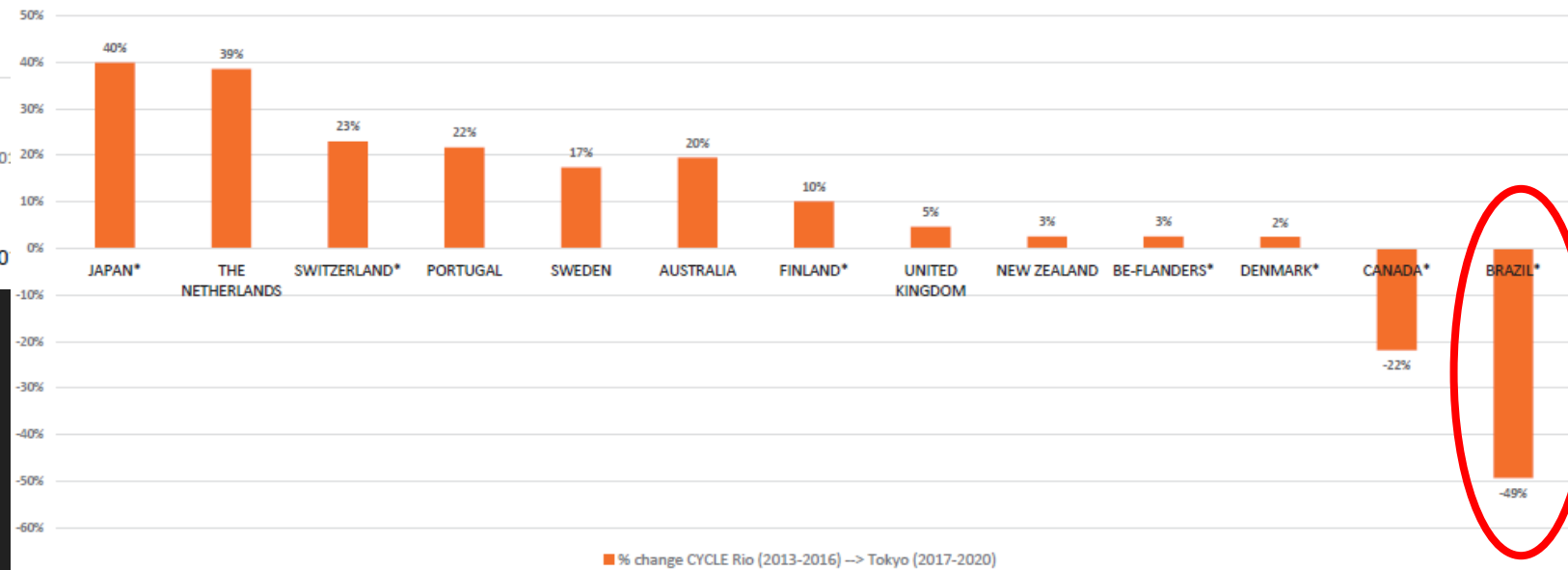


Figure 12: Change in investments from the Rio cycle (2013-2016) to Tokyo (2017-2020) in 13 nations



# Tóquio 2020

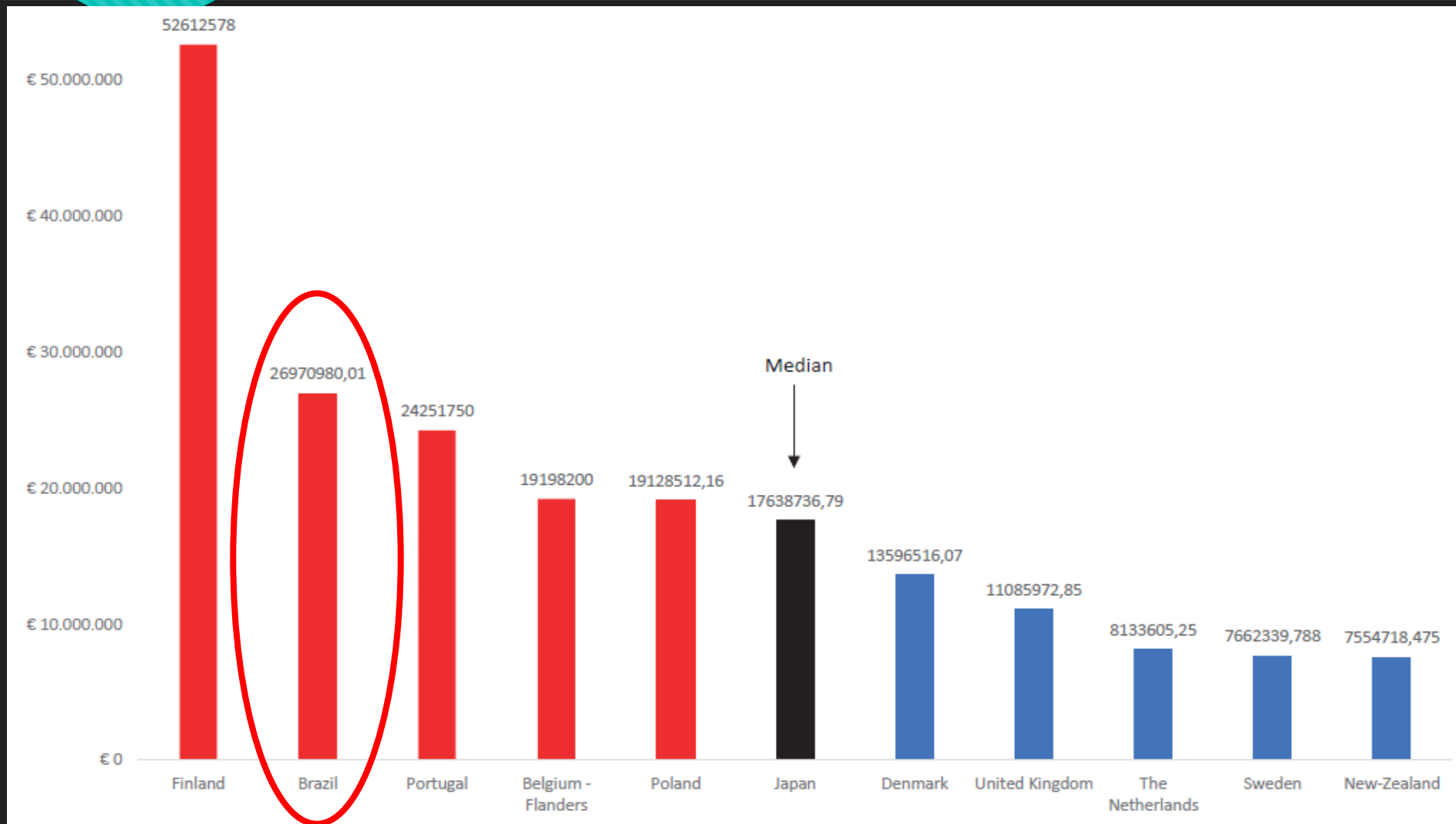


Figure 13: Tokyo 2020 cost per medal for the sample nations<sup>8</sup>

## **5) CORREÇÕES E NOVO CICLO**

# CORREÇÕES E NOVO CICLO

- A última etapa do *policy cycle* visa colocar em prática os resultados da avaliação, com a realização de ajustes/correções para garantir que a política pública atinja a sua missão, objetivos e metas;
- Caso seja uma política pública permanente, as ações continuam a partir dos ajustes realizados;
  - Caso a política pública tenha atingido o seu objetivo, os resultados da avaliação geram aprendizado para basear a realização de novas políticas mais assertivas, evitando o desperdício de recursos, aperfeiçoando a ação governamental e melhorando a vida da população.

# ENCERRAMENTO

■ CHAMADA!

# REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, B. C.; PAULA, S. L. Política de esporte e lazer: a elaboração de um instrumento de avaliação. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 8, n. 2, p. 249-266, 2015.
- ALVES, J. A. B.; PIERANTI, O. P. O estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. **RAE-eletrônica**, v. 6 n. 1, 2007.
- BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. (Org.). **Esporte de alto rendimento: fatores críticos, gestão e identificação de talentos**. São Paulo: Phorte Editora, 2016.
- CARNEIRO, F. H. S.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. Era uma vez um ministério do esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. **Motrivivência**, v. 31, n. 60, p. 01-22, 2019.
- CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA... [et al.]. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.
- CASTELAN, L. P. **As Conferências Nacionais do Esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. 2010. Dissertação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- CASTRO, J. A. **Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, s.d.
- MASCARENHAS, F.; ATHAYDE, P. F. A.; MATIAS, W. B. **Financiamento do esporte e lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018
- MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. M.; FIGUERÔA, K. M. **Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista**. **Motrivivência**, v. 27, n. 44, p. 49-63, 2015.
- MEZZADRI, F. M. Políticas públicas para o esporte e lazer: teorias e conceitos. In: Motta, A.; Terra, R (Org.). **Esporte, lazer e políticas públicas na Região dos Lagos**. Rio de Janeiro: iVentura, 2011.
- PINTOS, A. E.; MASCARENHAS, F.; ATHAYDE, P. F. Monitoramento e avaliação de políticas e programas de esporte e lazer: a experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Licere**, v. 22, n. 3, 2019.
- REIS, R. E.; MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. M. As políticas públicas para o esporte paralímpico no Brasil: apontamentos gerais. **Corpoconsciência**, v. 21, n. 01, p. 58-69, 2017.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.
- STAREPRAVO, F. A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. 2011. Tese, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- VILELA, M. M. **Políticas públicas, o esporte como importante ferramenta de inclusão social: uma análise do incentivo de programas federais**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

## **Sites:**

[www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/](http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/)

**BONS ESTUDOS!**

